



Extensão: fundamentos teóricos para uma abordagem na Educação Profissional e Tecnológica

Adriane Zangiacomo Foligno¹; Fábio Lippi Silva²; Dyane Guedes Cunha³; Michel Mott Machado⁴

Resumo: Este artigo pretende mapear os fundamentos teóricos acerca da extensão e sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Os conceitos, aspectos históricos e legais, bem como a finalidade da extensão e da EPT, foram investigados na literatura por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Considera-se essencial olhar para a extensão na EPT como um dos meios, se não o principal, para se buscar a formação integral do educando, ao passo que é a dimensão acadêmica responsável pela relação dialógica entre a instituição de ensino e a sociedade e/ou a comunidade que a cerca, e que contribui para a formação de profissionais aptos ao exercício da cidadania com ética e responsabilidade.

Palavras-chave: Educação profissional e tecnológica. Extensão. Formação integral.

Abstract: This article intends to map the theoretical foundations of extension and its relation with Professional and Technological Education (EPT). The concepts, historical and legal aspects as well as the goals of the extension and the EPT were investigated in the literature through bibliographical and documentary research. It is considered essential to look at the extension in EPT as one of the means, if not the main one, to seek a whole education of the student, while it is the academic dimension responsible for the dialogical relationship between the educational institution and the society and/or surrounding community, and that contributes to the formation of professionals able to exercise citizenship with ethics and responsibility.

Keywords: Professional and technological education. Extension. Comprehensive training.

¹ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS); adri.nami@gmail.com

² Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS); fabio.silva277@fatec.sp.gov.br

³ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS); dyane.cunha@gmail.com

⁴ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS); michel.machado@cpspos.sp.gov.br

1. Introdução

O desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se deu, no Brasil, em meio a uma aludida dualidade entre essa modalidade de ensino, que visa preparar o estudante para uma profissão, e a educação propedêutica, aquela que apronta os estudantes para a continuidade dos estudos e profissões intelectuais (MANFREDI, 2016). Contudo, as transformações sociais e a reorganização do trabalho identificadas nas últimas décadas tiveram influência sobre sua reestruturação, que passa a basear-se na associação entre formação técnica e humana, ou seja, entre a preparação para o trabalho e, de maneira mais ampla, para a vida em sociedade (PACHECO, 2011; MANFREDI, 2016).

Nesse sentido, a extensão mostra-se como uma oportunidade de integração da teoria ensinada na sala de aula à realidade social na qual o aluno está inserido (BATISTA, 2012), principalmente se considerada a recente exigência legal de integração entre ensino e extensão (GAVIRA; GIMENEZ; BONACELLI, 2020), chamada de curricularização da extensão (FOLIGNO *et al.*, 2021; SERVA, 2020). Como função formativa inerente à educação superior, a extensão serve como elo entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a comunidade que a circunda, permitindo o compartilhamento de conhecimentos de forma cidadã e socialmente responsável (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007; TAVARES; FREITAS, 2016).

No âmbito das universidades públicas paulistas, e com vistas a ampliar o impacto das suas atividades-fim, diversos estudos têm abordado as complexas relações universidade-sociedade (FERREIRA; SEGURADO, 2019; GIMENEZ *et al.*, 2019; SMAILI; BRELÀZ; SILVA, 2019; VERGANI, 2019). Nesse sentido, considera-se que a reflexão sobre a extensão desenvolvida em IES voltadas à educação profissional de nível tecnológico, além do pensamento sobre a universidade, faz-se pertinente, oportuna e relevante (MACHADO; PRADOS, 2018; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2018), assim como a gestão do relacionamento IES-sociedade (FOLIGNO; SILVA; MACHADO, 2020; MACHADO, 2021).

Dessa forma, o presente artigo teve como objetivo mapear os fundamentos teóricos referentes à extensão e sua relação com a EPT. Para tal, foi proposta a seguinte situação-problema: quais influências teóricas sobre a extensão podem contribuir para uma abordagem desta missão acadêmica no âmbito da EPT?

A extensão, que nasceu universitária e hoje faz parte das obrigações de qualquer IES, passou por diversas fases na sua construção e institucionalização. Citada pela primeira vez no Estatuto das Universidades Brasileiras, como uma possibilidade de difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos (BRASIL, 1931), ganhou protagonismo e reconhecimento somente em 2018, com a Resolução nº 7, do Conselho Nacional de Educação (CNE), quando passa a ser exigência legal nas IES brasileiras, como componentes curriculares obrigatórios dos cursos de graduação (BRASIL, 2018).

Entre os cursos de graduação estão compreendidos, além dos bacharelados e das licenciaturas, os cursos superiores de tecnologia (CST), estes últimos inseridos no contexto da EPT brasileira (CORTELAZZO, 2012; LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012; MANFREDI, 2016). Assim, compreender o papel e a importância da extensão para a formação de profissionais tecnicamente capacitados e conscientes de sua cidadania, que sejam capazes de se desenvolver com autonomia e ética e contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável, é algo que se torna relevante diante da realidade do mundo do trabalho imposto pelo novo capitalismo, impulsionado pelas Tecnologias de Informação e

Comunicação (TIC), que interferem na formação do caráter e afetam as relações humanas, antes duradouras e presenciais, hoje breves e remotas (SENNET, 2003; DELGADO, 2018).

2. Referencial Teórico

2.1 Educação Profissional e Tecnológica

O estudo da EPT requer uma reflexão que passa pela discussão dos conceitos e das relações entre trabalho, escola e profissão. O trabalho, como uma atividade social, afeta e é afetado pelas interações humanas e pelas tecnologias em constante avanço, mas ao longo da história se manteve como a base da economia, como condição para a sobrevivência e qualidade de vida humana (MANFREDI, 2016).

As primeiras noções de profissão e de categorias profissionais surgiram no decorrer dessas transformações sociais e tecnológicas, seja para satisfazer as exigências econômicas de novos processos produtivos, seja para a própria proteção e preservação de grupos afetados por essas mudanças. Mas, ao longo da história, as revoluções industriais e o desenvolvimento constante de novas TIC, especialmente ao final do século XX, desloca as profissões rapidamente, em um movimento constante de extinção e criação de postos laborais (PEREIRA, 2012; MANFREDI, 2016).

Nesse sentido, a busca por capacitação para as novas formas de trabalho se intensifica e coloca em questionamento o papel da educação escolar: se antes a capacitação profissional ocorria no mesmo tempo e local do trabalho pela transmissão de conhecimentos, experiências e ensinamentos às novas gerações, atualmente dá-se valor às práticas educativas que ocorrem em ambientes formais de educação (PEREIRA, 2012; MANFREDI, 2016; SAVIANI, 2019). Mas, além da capacitação profissional de trabalhadores, a escolarização da educação para o trabalho assume importância também para a formação de cidadãos capazes de contribuir com a sociedade e para a consolidação da democracia (SAVIANI, 2019).

Moldados de acordo com os interesses predominantes em cada período, o sistema de educação profissional brasileiro também se desenvolveu em meio a tensões econômicas, sociais, políticas e culturais (LOPES, 2019; PACHECO, 2011). Especificamente sobre a EPT, um dos primeiros movimentos legais foi o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou dezenove escolas de aprendizes e artífices nas capitais do país, o que rendeu ao presidente da época, Nilo Peçanha, o título de Patrono da EPT no Brasil, em 2011 (OLIVEIRA, 2015; MANFREDI, 2016). O decreto de 1909 tinha como justificativa não apenas a formação profissional, mas também a busca pela inclusão social do cidadão, que contribuísse para afastar as pessoas da ociosidade e do crime (BRASIL, 1909).

Atualmente, no Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), a EPT pode ser ofertada no nível básico, em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional ou cursos técnicos de nível médio, e no nível superior, em CST e cursos de pós-graduação (BRASIL, 1996; CORTELAZZO, 2012).

Independente de se desenvolver no nível médio, superior ou mesmo na formação continuada, a EPT deve ocorrer em estreita relação com a dinâmica do desenvolvimento econômico-empresarial e do mercado de trabalho, de modo que o currículo e a realização de práticas pedagógicas concorram à formação de

profissionais competentes e prontos a atuar em suas funções laborais, ou mais atualmente, também de forma empreendedora (MOURA, 2010).

No entanto, compreende-se que a EPT também deve ultrapassar os limites dos interesses econômico-empresariais (do mercado). Portanto, além de contribuir com o desenvolvimento de um trabalhador apto a atuar tecnicamente de forma competente, deve colaborar também para que essa pessoa seja capaz de exercer o seu papel de cidadão com ética e responsabilidade (FREIRE, 2012; OLIVEIRA, 2015; BRASIL, 2020), o que, aliás, não exclui o âmbito do trabalho. Nesse sentido, a extensão apresenta-se como oportunidade para integrar o conteúdo aprendido em sala de aula ao contexto social e político da sua prática.

2.2 Extensão

Como uma missão inerente do ensino superior, a extensão surgiu nas universidades europeias, sendo que suas ações precursoras teriam ocorrido na Inglaterra do século XIX, em cursos livres e de difusão cultural oferecidos à sociedade (PAULA, 2013; TAVARES; FREITAS, 2016). De modo similar, as universidades norte-americanas também desenvolviam ações difundidas para fora do seu ambiente, porém voltado para redes empresariais, transferência de tecnologias e empreendedorismo acadêmico (PAULA, 2013; TAVARES; FREITAS, 2016; GIMENEZ *et al.*, 2019). De todo modo, essas experiências tinham como objetivo aproximar os conhecimentos técnicos e acadêmicos da sociedade (ROCHA, 1984).

No Brasil, as universidades surgiram somente no começo do século XX, inicialmente com a função de ampliar a educação escolar e acrescentar formação específica, com foco em pesquisas, profissionalização e elevação dos níveis culturais dos educandos (TAVARES; FREITAS, 2016). A extensão, inserida nesse contexto, era considerada um serviço acessório, oferecido na forma de cursos livres à comunidade ou serviços de assistência técnica a agricultores, sem reciprocidade e diálogo com quem o recebia, repetindo modelos estrangeiros e mantendo o olhar para dentro da própria instituição (TAVARES; FREITAS, 2016; SILVA, 2020).

O estímulo para que a extensão começasse a tomar novas formas no Brasil foi o Manifesto de Córdoba, ocorrido na Argentina, em 1918. Até então, na América Latina, perseveravam as instituições controladas por ordens religiosas, que ofereciam um ensino elitista e despreocupado em atender as camadas populares da sociedade (PAULA, 2013). De iniciativa do movimento estudantil argentino, a luta foi contra o distanciamento das instituições de ensino dos grandes problemas sociais, culturais, políticos e econômicos (PAULA, 2013), em busca de uma universidade empenhada com o desenvolvimento regional e com a transformação social (GOMEZ; CORTE; ROSSO, 2019).

Ainda assim, foram muitos os ciclos e entendimentos que a extensão teve em nosso país, em uma trajetória que ainda se consolida no Brasil (TAVARES; FREITAS, 2016). Em seus primórdios, a extensão no Brasil assumiu duas posições: a assistencialista, como substitutiva de ações do Estado, visando a resolução imediata e paliativa de problemas sociais; e a mercantil, colocando a universidade como produtora de bens e serviços que serviriam como canal de divulgação comercial para construção de parcerias e busca de financiamentos (JEZINE, 2004). Compreende-se, até então, uma extensão desenvolvida a partir de um processo unilateral, no qual o saber acadêmico é simplesmente transmitido à sociedade (TAVARES; FREITAS, 2016).

Com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, bem como com a expansão da educação superior nos anos 1990, a educação passa a buscar a formação integral do sujeito, aliando sua inserção no ambiente profissional da mesma forma que busca sua manutenção em outros ambientes sociais (TAVARES E FREITAS, 2016).

Nota-se que extensão não ocorre mais somente nas universidades, mas em quaisquer IES que ofertem o ensino superior e a tenham, portanto, como atividade finalística. Nesse contexto, a extensão passa a ser entendida como função inerente ao ensino superior, deixando de ser esporádica e assistemática e transformando-se em um processo educativo, relacionando a produção do conhecimento com a prática da realidade social (JEZINE, 2004).

Aponta-se para o fato de que a extensão foi a terceira das atividades finalísticas do ensino superior brasileiro a ser uma obrigação legal, o que a relegou, historicamente, ao segundo plano nas IES (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007). Aliado a isso, outros fatores podem dificultar a sua conceituação e prática, como ser de natureza interdisciplinar, ocorrer fora do ambiente acadêmico (salas de aula e laboratórios) e trabalhar com questões de cunho político e social, atendendo a um público diverso, amplo e não acadêmico (PAULA, 2013).

A sua conceituação, organização e institucionalização foi impulsionada, contudo, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), em 1987 (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007; PAULA, 2013; TAVARES E FREITAS, 2016), seguida pelo estabelecimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 2004, a partir do exame sistemático sobre o compromisso e a responsabilidade social das IES (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007).

No Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 28), a extensão é definida como o “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. Ampliando esse sentido, o CNE (BRASIL, 2018) define a extensão como a

[...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Assim, são prerrogativas da extensão: (i) a relação dialógica com a sociedade que permita a troca de saberes acadêmicos e populares; (ii) a relação de impacto entre a IES e os setores da sociedade, em busca de desenvolvimento socioeconômico e melhoria da qualidade de vida da população; (iii) a interdisciplinaridade e integração entre diversas áreas de conhecimento; e (iv) a articulação com o ensino e a pesquisa, reafirmando o papel da IES na formação ampla do estudante (CORREA, 2003; FORPROEX, 2012).

As atividades de extensão contribuem para despertar no estudante o espírito social, possibilitando que a IES cumpra a sua missão educadora. Nesse sentido, a Resolução CNE nº 07/2018 direciona seus objetivos para a formação integral, ou seja, a preparação dos estudantes ao exercício pleno da cidadania, buscando alimentar uma relação de troca de saberes e aplicação de conhecimentos em prol do desenvolvimento social (BRASIL, 2018), expressando o compromisso social das

instituições de ensino (CALDERON, 2005).

3. Método

Para alcançar o objetivo proposto, e com vistas a produzir conhecimento organizado e um questionamento criativo sobre o tema de interesse (ANDRÉ, 2001), utilizou-se como metodologia basilar a pesquisa bibliográfica, a qual é realizada por meio de um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2011, p. 43). Como fontes de informações, foram utilizados livros, capítulos de livros e artigos, estes últimos disponíveis em bases de dados abertas, voltado às temáticas da extensão e da EPT.

Subsidiariamente, foi aplicada também a pesquisa documental, semelhante à pesquisa bibliográfica, mas que tem como fontes de informações documentos de qualquer natureza, como registros de órgãos públicos ou privados, normas e regulamentos diversos (VERGARA, 2011). Para este trabalho, foram consultados textos legais brasileiros, como leis, decretos e resoluções.

4. Resultados e Discussão

De certa maneira, no Brasil, a extensão e a EPT compartilham alguns pontos em comum em suas histórias e desenvolvimento. A EPT em ambientes formais foi ofertada, inicialmente, aos chamados desvalidos da sorte, ou seja, àqueles que apresentassem carência material, como forma de oferecer às classes sociais com poucos recursos um serviço essencialmente assistencialista e moralizador (MANFREDI, 2016; LOPES, 2019). Semelhantemente, a extensão já teve – ainda pode ter, em alguns casos – como incumbência levar à sociedade desfavorecida os conhecimentos gerados no ambiente acadêmico, sem a preocupação em discutir os problemas ou cotejar as melhores opções para a comunidade (JEZINE, 2004).

Outro ponto em comum entre a extensão e a EPT é o atendimento ao mercado: a primeira, pela prestação de serviços para empresas privadas (JEZINE, 2004; PAULA, 2013; TAVARES; FREITAS, 2016; GIMENEZ *et al.*, 2019), e a segunda, a partir do atendimento às demandas específicas para formação de mão de obra especializada (MANFREDI, 2016; LOPES, 2019).

Há de se considerar que as diferentes concepções e rumos da educação, de forma ampla, e da extensão e da EPT, especificamente, atenderam a orientações econômicas, políticas e sociais vigentes em cada período da nossa história (LOPES, 2019; PACHECO, 2011). A educação brasileira, da forma como está estruturada hoje, inclusive no seu aspecto legal, é “resultado de lutas e tentativas de estruturação de um sistema educacional com identidade própria, com vistas a atender à realidade nacional” (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 32), e começa a ser percebida efetivamente ao final dos anos 1980, a partir da reabertura política pós ditadura militar, e com a promulgação da nova CF, a chamada Constituição Cidadã, em 1988.

Em um contexto no qual se passou a valorizar a democracia, o respeito à diversidade, entre outros valores, a educação assume a responsabilidade de ser um fator de inclusão social (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012), a partir da necessidade não só de compreender as relações entre trabalho, educação e

formação política, mas também de implementá-las na prática (LOPES, 2019). A extensão passa a ser entendida, então, como oportunidade e ferramenta para a transformação social (SILVA, 2020), desde que praticada a partir de um real diálogo com a sociedade.

A partir dessa perspectiva, pode-se concordar com Silva e Vasconcelos (2006), quando afirmam que a aquisição de conhecimentos técnico-científicos perde significado se não são trabalhados de forma integrada à realidade, o que confere à extensão, nos CST, um protagonismo especial, pois a extensão pode ser aproveitada como um eixo de formação contínua, a partir da qual estimula-se a participação ativa em projetos que busquem a resolução de problemas reais (MACHADO; FITTIPALDI, 2021).

Uma vez que a extensão se sustenta na ideia de conhecer de perto problemas reais para voltar à sala de aula com uma visão ampliada, na interlocução com ensino e pesquisa e na relação entre teoria e prática em culturas distintas, seu exercício permite a formação de um profissional cidadão que construiu seu saber no contexto social, em vivências adquiridas a partir de diálogo e discussões (TAVARES; FREITAS, 2016).

A legislação brasileira reforça claramente a necessidade de aliar formação profissional à formação cidadã. A CF de 1988 garante, no artigo 6º, entre outros direitos sociais, a educação e o trabalho, e, no artigo 205, prevê a promoção da educação em conjunto entre Estado, família e sociedade, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). No mesmo sentido, a LDBEN, por sua vez, estabelece, em seu artigo 2º, que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

A prática extensionista é fortalecida, ainda, na própria CF, ao estabelecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988), além do Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Resolução CNE nº 7/2018, que determina a integração obrigatória da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação (BRASIL, 2014; 2018), o que envolve bacharelados, licenciaturas e CST.

5. Considerações Finais

As transformações sociais que ocorreram nas últimas décadas induziram mudanças em diversos setores da sociedade, inclusive na educação profissional e na extensão, que passam a basear-se em aspectos socialmente responsáveis.

A EPT manifesta, hoje, uma combinação entre uma educação que prepara o aluno, ao mesmo tempo, para o exercício profissional e para assumir as responsabilidades de um cidadão ético e ciente dos seus direitos e deveres (PACHECO, 2011; MANFREDI, 2016; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2018).

A extensão, por sua vez, assume o seu papel de função formativa na educação superior, integrando a teoria ensinada em sala de aula à realidade do aluno, ao colocá-lo em contato direto com a comunidade externa, a partir de questões reais, concretas, práticas. Nesse aspecto, particularmente, pensa-se ser extremamente útil uma séria reflexão por parte da comunidade acadêmica brasileira, sobre as diferentes formas possíveis da integração entre ensino e extensão, incluindo as experiências do exterior (GAVIRA; GIMENEZ; BONACELLI, 2020).

Ao servir como elo entre a IES e a sociedade, a extensão compartilha o conhecimento de forma cidadã e socialmente responsável, sendo um dos meios para se alcançar a responsabilidade social do ensino superior e a formação integral dos educandos (CORREA, 2003; JEZINE, 2004; MACHADO; PRADOS, 2018; PAULA, 2013; CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007; TAVARES; FREITAS, 2016). Para Jezine (2004), o desafio da extensão é tornar-se um elemento de articulação e comunicação entre teoria e prática, entre a IES e a sociedade, com vistas a uma integração entre o pensar, o viver e o fazer que rompa com a visão dualista e fragmentada dessa atividade no ambiente acadêmico.

A EPT também deve orientar suas atividades a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em prol de uma educação realmente transformadora, que permita não só promover avanços nas áreas de ciência e tecnologia, mas que também permita o desenvolvimento social brasileiro (BATISTA, 2012).

Atualmente, a extensão é delineada como a atividade formativa que ocorre pela indissociabilidade – ou, mais recentemente, articulação – com o ensino e a pesquisa, que potencializa a formação de estudantes de forma que sejam capazes de intervir em benefício da sociedade (BRASIL, 1988; 2018).

Pelo presente estudo, pode-se concluir que a literatura voltada ao tema de interesse aponta, portanto, que a extensão tem papel fundamental não só para que as IES cumpram sua responsabilidade social diante das suas comunidades, ao cooperar, entre outros aspectos, com a inclusão e o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2004), mas também para promover a interação transformadora e dialógica entre as IES, seus alunos e a sociedade, produzindo e aplicando conhecimentos em articulação com o ensino e a pesquisa em prol do desenvolvimento sustentável do país e de uma formação ampla dos estudantes.

Referências

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.113, p.51-64, jul. 2001.

BATISTA, S. S. S. Educação profissional e tecnológica: politécnia e emancipação. In: ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. Cap.2, p.27-38.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitães dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 1909.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das universidades brasileiras. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 15 abr. 1931.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

_____. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

_____. **Educação Profissional e Tecnológica** (EPT). Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept>. Acesso em 10 de jan. de 2021.

CALDERÓN, A. I.; PESSANHA, J. A. O.; SOARES, V. L. P. C. **Educação superior**: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**, v.23, n.34, p. 13-27, 2005.

CORRÊA, E. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v.1, n.1, p. 12-15, jul. 2003.

CORTELAZZO, A. L. Natureza dos Cursos Superiores de Tecnologia. In: ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012. Cap.1, p.13-25.

DELGADO, D. M. A Educação Profissional e Tecnológica e a C&T no Brasil: cultura científica e o tripé ensino, pesquisa e extensão. In: FREIRE, E.; VERONA, J. A.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.) **Educação Profissional e Tecnológica**: extensão e cultura. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018. Cap. 4, p. 77-98.

FERREIRA, J. E.; SEGURADO, A. Interoperabilidade de dados, desempenho acadêmico e impacto social: USP no horizonte 2022. In: MARCOVITCH, J. (Org.). **Repensar a universidade II**: impactos para a sociedade. São Paulo: Com-Arte, Fapesp, 2019.

FOLIGNO, A. Z.; SILVA, F. L.; MACHADO, M. M. Extensão universitária: estudo bibliométrico da produção científica brasileira (2010-2020). **Anais do XV Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional** – Desafios de uma Sociedade Digital nos Sistemas Produtivos e na Educação, São Paulo, 2020.

FOLIGNO, A. Z.; SILVA, F. L.; MACHADO, M. M.; BATISTA, S. S. S.; FREIRE, E. Curricularização da extensão e cultura: uma análise da resolução CNE/CES

7/2018. **Anais do Art In Series** – Evento Online de Cultura, Audiovisual, Comunicação e Arte, São Paulo, 2021.

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

FREIRE, E. Tecnólogo e Mercado: uma relação a ser revisitada. In: ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Org.). **Educação Tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. Cap. 7, p. 103-115.

GAVIRA, M. O.; GIMENEZ, A. M. N.; BONACELLI, M. B. M. Proposta de um sistema de avaliação da integração ensino e extensão: um guia para universidades públicas brasileiras. **Avaliação**, v. 25, n. 02, p. 395-425, jul. 2020.

GIMENEZ, A. M. N.; GAVIRA, M. O.; FIGUEIREDO, S. P.; BONACELLI, M. B. M. Avaliação da relação universidade - sociedade: o caso da Unicamp em perspectiva nacional e internacional. **Revista Debates Sobre Innovación**, v.3, p. 1-14, 2019.

GOMEZ, S. R. M.; CORTE, M. G. D.; ROSSO, G. P. A reforma de Córdoba e a educação superior: institucionalização da extensão universitária no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v.5, p. 1-21, mai. 2019.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. **Anais do II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, Belo Horizonte, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVERIA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, M. W. V. Educação Profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. **Research, Society and Development**, v.8, n.10, p. 01-20, 2019.

MACHADO, M. M.; PRADOS, R. M. N. As Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo e a responsabilidade social no ensino superior de graduação tecnológica. **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura**, n. 22, p. 41-49, 2018.

MACHADO, M. M.; PRADOS, R. M. N.; MARTINO, M. A. A extensão e a Educação Profissional e Tecnológica no Centro Paula Souza: realizações, desafios e oportunidades. In: FREIRE, E.; VERONA, J. A.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação Profissional e Tecnológica**: extensão e cultura. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.

MACHADO, M. M. Educação profissional de nível tecnológico: considerações sobre gestão educacional e o relacionamento IES-sociedade. **Seminário Internacional de Tecnologia, Educação e Sociedade** – gestão criativa e formação profissional contemporânea, São Paulo, 2021.

MACHADO, M. M.; FITTIPALDI, M. A. S. Produção técnica em organizações e relato tecnológico: práticas em andamento na educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia**, v.15, n.1, p. 159-173, jan./jun. 2021.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, J. (Org.) **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 3, p. 58-79.

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas públicas para o ensino profissional**: O processo de desmantelamento dos Cefets. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional. Brasília: Fundação Santillana; Moderna: São Paulo, 2011.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceitos e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v.1, n.1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

PEREIRA, M. F. R. **Trabalho e Educação**: uma perspectiva histórica. Curitiba: InterSaberes, 2012. (E-book)

ROCHA, R. M. G. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação? Educação em Debate: Fortaleza, 1984.

SAVIANI, D. **A lei da educação**. LDB: trajetória, limites e perspectivas. 13.ed. Campinas: Autores Associados, 2019. (E-book)

SENNET, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERVA, F. M. **A extensão universitária e sua curricularização**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SILVA, M. S.; VASCONCELOS, S. D. Extensão universitária e formação profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**, v.17, n.33, p. 119-136, jan./abr. 2006.

SILVA, W. P. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v.11, n.2, p. 21-32, dez./2020.

SMAILI, S. S.; BRELÀZ, G.; SILVA, L. C. Expansão e Qualidade: Desempenho Acadêmico e Sistemas Métricos na Unifesp. In: MARCOVITCH, J. (Org.). **Repensar a universidade II**: impactos para a sociedade. São Paulo: Com-Arte, Fapesp, 2019.

TAVARES, C. A. R; FREITAS, K. S. **Extensão universitária**: O patinho feio da

academia? Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

VERGANI, C. E. Planejamento Estratégico e Sustentabilidade: Unesp no Horizonte 2022. In: MARCOVITCH, J. (Org.). **Repensar a universidade II**: impactos para a sociedade. São Paulo: Com-Arte, Fapesp, 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2011.